Nacional

Feriados. O governo Lula (PT) publicou nessa quinta-feira (28) portaria em que define os dias de feriado e ponto facultativo para servidores federais em 2024. Os funcionários ligados à administração pública federal terão direito a dez feriados, sendo que um cai em um domingo e dois no sábado, e oito pontos facultativos. Dos demais, três caem no meio da semana, às quartas-feiras, como Dia do Trabalhador, Natal e Dia da Consciência Negra, que será feriado nacional pela primeira vez em 2024, em 20 de novembro.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
152
Rubrica

Haddad anuncia medidas para evitar perda de arrecadação

Ministro da Fazenda anunciou três iniciativas: reoneração gradual da folha de pagamento, limite de compensação tributária e mudanças no Perse

FOTO WASHINGTON COSTA/MF

Pacote fará parte de uma medida provisória que deve ser editada pelo governo ainda em 2023

Com a meta de zerar o déficit primário em 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), anunciou nessa quinta-feira (28) três novas medidas econômicas para evitar perda de arrecadação e reforçar o caixa da União no próximo ano. O pacote fará parte de uma medida provisória (MP), que entrará em vigor após a publicação, que deve acontecer ainda em 2023.

Faz parte do plano a reoneração gradual da folha de pagamento por atividade como alternativa à prorrogação do benefício integral até dezembro de 2027. Uma vez publicada, a MP revogará a lei que renova a desoneração da folha promulgada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), conforme publicação no Diário Oficial da União de ontem.

Outra medida anunciada por Haddad limitará a compensação tributária feita por empresas por meio de decisões judiciais. A Fazenda ainda prevê alteração na lei do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que oferece benefícios para empresas aéreas e ligadas ao entretenimento.

De acordo com o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, o conjunto de medidas permitirá a compensação do rombo de R$ 12 bilhões que seria gerado pela desoneração de folha de pagamento. Isso porque a reoneração gradual deve gerar economia de R$ 6 bilhões e as alterações no Perse devem representar mais R$ 6 bilhões de economia.

O plano de Fazenda tem o objetivo compensar a renúncia fiscal com a manutenção da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até dezembro de 2027, após o veto do presidente Lula (PT) ter sido derrubado pelo Congresso. "Estamos encaminhando ao Congresso uma reoneração gradual, está sendo analisado setor a setor, vão ter oportunidade depois de conhecer o texto. Reoneração gradual, não necessariamente volta 20% de cota patronal, pode ficar abaixo disso e ficará abaixo em alguns casos", disse Haddad.

O benefício da desoneração da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e teve sucessivas prorrogações. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

Entre os 17 setores da economia beneficiados está o de comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

Nas contas do Ministério da Fazenda, a extensão da desoneração da folha drenaria R$ 12 bilhões anuais aos cofres públicos. O ministro chegou a declarar que o governo recorreria à Justiça para que a lei fosse considerada inconstitucional, mas dias depois afirmou que o Executivo iria tentar avançar com a alternativa legal antes de buscar o "remédio judicial". Haddad disse que agora será testado "um ingrediente novo", que pode ser um "caminho interessante, sobretudo para empregabilidade de população de mais baixa renda."

A reoneração parcial vai considerar a atividade principal de cada empresa por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Ao apresentar a medida de compensação tributária, Haddad mencionou a chamada "tese do século" do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Exército tenta esconder informação sobre pagamento de bônus

O Exército pagou R$ 4,8 milhões durante 2023 em bônus por desempenho institucional que envolve, entre outros pontos, "contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social". Mesmo com desempenho abaixo do esperado em 2022 para esse ponto, 86% alcançados, quando a meta era 100%, a Força pagou gratificações de cerca de R$ 1.000 a R$ 5.600 para 1.903 servidores civis.

O valor estava sob sigilo e somente foi liberado após determinação da Controladoria-Geral da União (CGU), em recurso apresentado pela Folha de S.Paulo em pedido baseado na Lei de Acesso à Informação. Para calcular o bônus, o Exército também avaliou os resultados para "dissuasão extrarregional", "ampliar a projeção do Exército no cenário internacional" e "aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação".

Apenas no objetivo ligado à dissuasão extrarregional o Exército considera que ultrapassou a meta. Nesse item, os militares avaliam o "índice de operacionalidade da força terrestre". Sobre esse item, informou que "contribuíram positivamente para esse resultado a eficácia na prontidão, a prontidão logística e o efetivo existente nas brigadas".

O pagamento de cada servidor considerou notas individuais e o resultado institucional do Exército de 2022. No ano, a atuação das Forças Armadas ficou marcada pelo alinhamento ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, ao alimentar teses golpistas contra as urnas eletrônicas. Cada item tem fatores diferentes que são levados em conta para apontar se a meta foi ou não alcançada.

No caso do objetivo que trata da paz e do desenvolvimento sustentável, o Exército disse que o "objetivo foi mensurado a partir do cumprimento de operações de cooperação e coordenação com agências nacionais, nas quais incluem participação em programas sociais e ações subsidiárias". A Força afirmou que "a quantidade de participações do Exército Brasileiro nessas ações foi um pouco inferior ao esperado, o que resultou no desempenho de 85,57% do indicador".

A reportagem solicitou em fevereiro de 2023 os dados sobre quais fatores foram avaliados para definir cada nota e quanto seria pago de bônus. O órgão escondeu as informações até ser obrigado pela CGU a revelar os dados, após seguidos recursos do jornal.

PUBLICIDADE LEGAL: (85) 3033.7519